

# Negociações da nova Carta ignoram os líderes

Grupos de Richa e dos progressistas tentam acordo sobre pontos de consenso esta semana

O grupo de 32 constituintes que está elaborando, sob a coordenação do senador José Richa (PMDB/PR), um esboço de substitutivo ao projeto da nova Carta vai convidar hoje o chamado grupo "progressista", organizado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB/PR) para uma discussão sobre os pontos polêmicos do trabalho. Será a primeira tentativa de obter um consenso sobre a maioria dos dispositivos do projeto, numa negociação a margem das lideranças partidárias na Constituinte.

O convite para o encontro será feito pelo senador Virgílio Távora (PDS/CE), que participa dos dois grupos, e tem posições finadas com os "progressistas", embora integrante do PDS.

Reunidos ontem durante todo o dia (foto), o grupo de Richa examinou a parte do projeto relativa ao Poder Judiciário e à Defesa do Estado, decidindo entre outras coisas, abolir a criação da Justiça Agrária autônoma e criar varas regionais para conflitos fundiários ligadas aos tribunais regionais federais.

Segundo o senador José Richa, a ideia é a partir da próxima segunda-feira

abrir o debate sobre o esboço — que será publicado e distribuído amplamente — a todos os constituintes. O grupo apresentará opções para as hipóteses de adoção do parlamentarismo clássico e do presidencialismo, e deverá encaminhar à Comissão de Sistematização emendas por capítulos. Hoje será examinado o sistema tributário.

Ainda ontem, o grupo dos 32 resolveu transferir da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho o julgamento das questões envolvendo acidentes de trabalho. Segundo o deputado Renato Vianna (PMDB/SC), o objetivo da mudança é o de garantir "justiça com mais rapidez para o trabalhador". Os capítulos sobre segurança pública e defensor do povo foram suprimidos, e as propostas sobre Estado de Defesa, Estado de Sítio, papel das Forças Armadas e Ministério Público foram mantidos.

Alguns itens foram sublinhados no texto do anteprojeto por um dos integrantes do grupo, e são os mais polêmicos: estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas, conceito de empresa nacional, sistema eleitoral, mandato presi-

dencial, política fundiária e reforma agrária, destinação das verbas públicas para o ensino, Conselho Nacional de Comunicação. O exercício do direito de propriedade, a desapropriação dos bens de produção, o papel do Estado na atividade econômica, as terras ocupadas pelos índios e a criação de estados são outras partes do texto anotadas pelo constituinte.

Participam também do grupo dos 32 de tendência moderada, Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), Maurício Corrêa (PDT/DF), Afif Domingos (PL/SP), Prisco Viana (PMDB/BA), Arnaldo Prieto (PFL/RS), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) Joaquim Sucena (PMDB/MT), Nilson Gibson (PMDB/PE), César Maia (PDT/RJ), Oscar Corrêa (PFL/MG), Konder Reis (PDS/SC), Bonifácio de Andrada (PDS/MG), Paes Landim (PFL/PI), Michel Temer (PMDB/SP), Sólton Borges dos Reis (PTB/SP), Bocayuva Cunha (PDT/RJ), e Manoel Moreira (PMDB/SP) entre outros. Ontem, o deputado Fernando Santana (PCB/BA) participou pela primeira vez de um encontro do grupo.

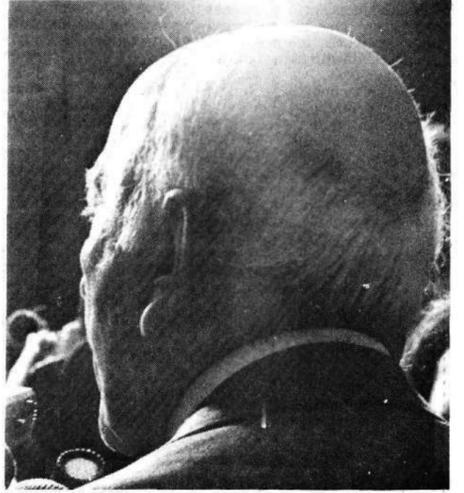
EUGENIO NOVAES



Chimarrão à mão, Richa conduz mais uma reunião do grupo dos 32 que "enxuga" o projeto da nova Carta, no Senado Federal

## Ulysses adverte o Governo

EUGENIO NOVAES



Ulysses cobra resposta aos pedidos de informações

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), comunicou ontem ao chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, que o Governo é obrigado a responder os requerimentos de informações dos parlamentares. O ato de Ulysses foi considerado nos meios políticos como uma defesa da soberania da Constituinte.

O deputado Adilson Motta (RS), vice-líder do PDS, já decidiu que representará contra o ministro do Gabinete Civil se os seus requerimentos não forem respondidos no prazo legal de 20 dias. O ministro Costa Couto pode ser enquadrado no art. 4 da Lei nº 1.079, que define os crimes de irresponsabilidade.

### IRREGULARIDADE

Desde o início da Constituinte, em fevereiro últi-

mo, foram encaminhados ao Gabinete Civil cerca de 30 requerimentos de informações, nenhum dos quais respondidos até hoje. Com frequência seus autores têm reclamado da tribuna essa omissão, mas a mesa diretora da Constituinte vinha contempornizando para evitar mais atritos entre o Executivo e o Legislativo.

Na última quinta-feira, porém, o ministro Costa Couto deu entrevista afirmando que o Governo não estava obrigado a responder os requerimentos por que o regimento da Constituinte não é explícito. A entrevista do ministro irritou os constituintes, especialmente a mesa, por dois motivos: referia-se a um ofício encaminhado ao presidente Ulysses antes deste recebê-lo, segundo, o regimento é subsidiado pelos da Câmara e do Senado, que estabelecem a obrigatoriedade da resposta.

O presidente da Constituinte, que estava contendo as reclamações dos parlamentares, decidiu comunicar ao ministro-chefe do Gabinete Civil que sua argumentação estava falha e lembrar-lhe, inclusive, que existe a Lei nº 1.079. Naturalmente que compreende as dificuldades para o Governo responder os requerimentos dentro do prazo, que é de 20 dias após o recebimento.

A posição de Ulysses foi considerada como uma defesa da soberania da Constituinte, que está sendo contestada, ainda que indiretamente, pelo Executivo. Aceitar a decisão do ministro Costa Couto, baseada em argumentação falha, seria abrir mão do direito de interpeção dos parlamentares, assegurado em lei e nos regimentos da Câmara, Senado e da Assembleia Nacional Constituinte.

## Os 32 itens já suprimidos

As principais partes do anteprojeto suprimidas pelo grupo coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR) são as seguintes:

- 1 — concessão da anistia aos militares;
- 2 — previsão, nos orçamentos públicos, da dotação necessária ao cumprimento do dispositivo sobre os direitos individuais — alimentação, saúde, moradia e trabalho, entre outros;
- 3 — obrigatoriedade de o excesso de lucro nas atividades econômicas e financeiras ser aplicado no programa nacional de erradicação da pobreza;
- 4 — garantia de que por absoluta incapacidade de pagamento ninguém poderá ser privado dos serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica;
- 5 — garantia de amparo e assistência do Estado e da sociedade às vítimas da pobreza absoluta, até que esta seja erradicada definitivamente;
- 6 — proibição da supressão, ainda que parcial, de espetáculo ou programa, ressalvados os de incitamento à violência e defesa de discriminações;
- 7 — previsão de que os bens de produção são suscetíveis de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico;
- 8 — garantia ao trabalhador da participação, nas vantagens advindas da modernização tecnológica e de automação;
- 9 — extensão de alguns direitos dos trabalhadores rurais e urbanos aos trabalhadores domésticos;

- 10 — proibição da interferência do Estado no funcionamento das associações e na organização sindical;
- 11 — garantia da participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos ao reaproveitamento de mão-de-obra e aos programas de reciclagem, prestados pela empresa, sempre que importar em redução ou eliminação de postos de trabalho ou ofício;
- 12 — fixação da inalienabilidade no território de jurisdição do titular, do cônjuge e de parentes por consanguinidade de afinidade ou adoção;
- 13 — obrigatoriedade de os detentores de mandatos eletivos prestarem contas de suas atividades aos eleitores;
- 14 — garantia de que a lei não poderá excluir os militares, os policiais militares e os bombeiros militares do exercício de qualquer direito político;
- 15 — atribuição, ao Congresso, para autorizar a celebração de convênios e acordos para execução de leis, serviços e obras federais;
- 16 — competência exclusiva do Congresso para conceder anistia a autores de atentados violentos a Constituição;
- 17 — previsão de que todo julgamento será público;
- 18 — proibição de a Constituição ser emendada na vigência do Estado de Defesa;
- 19 — normas sobre o Banco Central e sobre orçamentos;
- 20 — previsão de que a título de exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais será destinada à formação de um Fundo de Exaustão para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localiza a jazida;

- 21 — obrigatoriedade de a ordenação do transporte marítimo internacional observar a predominância dos armadores nacionais do Brasil e do país exportador ou importador, em partes iguais, observado o princípio da reciprocidade;
- 22 — garantia de que os serviços de transporte terrestre, de pessoas, bens e carga aérea, dentro do território nacional, somente serão explorados pelo poder público, por brasileiros ou por empresas em que o capital com direito de voto seja majoritariamente nacional;
- 23 — garantia de que a navegação de cabotagem, interior e pesqueira, é privativa de embarcações nacionais, salvo o caso de necessidade pública;
- 24 — normas para o sistema financeiro nacional;
- 25 — previsão de que as ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulação, execução e controle;
- 26 — aposentadoria de trinta anos para a mulher;
- 27 — extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;
- 28 — destinação de receita resultante de imposto para o ensino;
- 29 — previsão de que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal;
- 30 — estabelecimento de normas sobre as terras ocupadas pelos índios;
- 31 — criação de novos estados;
- 32 — possibilidade de os atos praticados pelo comando revolucionário de 1964 serem suscetíveis de apreciação judicial.

## "Mingau se come pelas bordas"

A. C. SCARTEZINI  
Especial para o CORREIO

Ao longo de uma hora, a comissão paralela e informal da Constituinte discutiu ontem se os crimes de acidente de trabalho devem ser apreciados pela Justiça comum ou pela Justiça do Trabalho. Por seis votos a cinco, prevaleceu a Justiça do Trabalho. "Voto pela Justiça do Trabalho para tornar mais ágil a apuração de responsabilidades", engrossou o senador José Richa (PMDB-PR) a corrente vitoriosa.

O exemplo da questão do acidente do trabalho ilustra que a comissão procura chegar a uma solução sobre cada um dos pontos da nova Constituição a partir dos temas menos polêmicos. "Estamos comendo o mingau quente pelas bordas", argumenta o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), um dos responsáveis pela comissão, que, por enquanto, evita as partes mais quentes do mingau.

"Se atacássemos desde logo as partes mais polêmicas da nova Constituição, poderíamos chegar a um impasse na comissão semelhante ao que ameaça a Constituinte propriamente", comenta Richa que a comissão prefere deixar para o final coisas como a duração do mandato presidencial, o sistema de governo, a estabilidade no emprego, a reforma agrária e o conceito de empresa nacional.

Mas não há risco de que as partes quentes do mingau fiquem fora do projeto de Constituição em montagem pela comissão. "Depois de encontrar o nosso consenso interno em outros pontos mais polêmicos, poderemos estar em condições de discutir e propor também a nossa posição sobre o mandato do presidente Sarney e o sistema de governo", promete Richa.

A expectativa da comissão é a de que o seu consenso interno possa vir aceito pelo plenário da Constituinte. "Afinal, na comissão temos constituintes de diversas tendências ideológicas numa proporção que corresponde ao próprio espectro do plenário da Constituinte", confia o senador Richa.

Na comissão, se apresentam posições diversas como a do senador Maurício Corrêa (DF) e dos deputados César Maia (RJ) e Bocayuva Cunha (RJ), todos esquerdistas do PDT; dos centristas José Richa e Is-

rael Pinheiro Filho; e de conservadores como o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). "O Richa está entusiasmado com a seriedade das contribuições de Sandra", identifica Israel o nível de entendimento interno da comissão.

Na calma tarde do último domingo, porém, um amigo comunicou a Richa o receio de que a comissão, sem radicalizar nos debates internos, descaíra de maneira inconveniente para a direita. "A direita, não", rechaçou o senador Richa. "Eu não sou de esquerda, mas também não sou de direita", acrescentou com a sua vontade em nivelar ideologicamente o conteúdo do projeto constitucional da comissão.

O projeto, depois de navegar inclusive pelo centro quente do prato de mingau, deve estar pronto no dia 13, última data para a apresentação de emendas à Constituição — e entre as quais estará o projeto da comissão paralela. A ideia da comissão é a de entregar um texto homogêneo e coerente que enxugue o grande projeto de 501 artigos apresentado pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

## Começam sessões com temas fixos

Com um debate sobre a forma de governo presidencialismo ou parlamentarismo — os constituintes farão hoje sua primeira sessão extraordinária noturna. A sessão está marcada para as 18h45m e poderá falar no máximo 15 oradores, durante 20 minutos cada um. Até hoje (3) às 17h30m, porém, a mesa da Constituinte só recebeu as inscrições de Eduardo Bonfim (PC do B-AL), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Maria Eymael (PDC-SP).

Esta será a primeira de um total de nove sessões

extraordinárias noturnas dedicadas ao debate de temas específicos, realizadas sempre às terças, quartas e quintas-feiras, durante três semanas consecutivas. Nelas não haverá tempo para as breves comunicações e nem para comunicações de lideranças, e os oradores deverão ser indicados pelas lideranças dos partidos. Cada partido pode enviar um único orador, com exceção do PMDB, que tem direito a três representantes, e do PFL, que pode mandar dois.

## Nível dos debates é ainda baixo

O início da semana encheu um pouco mais o plenário da Constituinte, mas não teve o poder de elevar muito o nível dos debates. Os quase 40 parlamentares que se reuniram na sessão de ontem da Constituinte ouviram de tudo, de um pedido do deputado Aluizio Bezerra (PMDB-AC) para que seja reajustado o preço da borracha, à sugestão do deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), de que se crie um mecanismo para garantir "quorum mínimo permanente" de 280 constituintes no Congresso.

O Presidente da República poderia, por amor à Pátria e para a felicidade de todos os brasileiros, encaminhar a esta Casa um pedido de renúncia, na calada da noite, e aí teremos que ter gente suficiente aqui para receber o pedido do Presidente — disse Streck.

No horário dedicado ao debate institucional, as discussões sobre reforma do sistema tributário, salário mínimo e pluralidade sindical foram entremeadas por depoimentos pessoais e numerosos apertados do deputado Aluizio Bezerra, que fez questão de interromper os discursos de todos os oradores para "parabenizá-los" e nome do PMDB.

O segundo mais novo deputado constituinte, Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), 24 anos, falou de improviso e lembrou sua infância, quando o pai, Ronaldo Cunha Lima, hoje prefeito de Campina Grande, foi cassado. "Naquela época, me cassaram também o direito de jogar bola de gude, de brincar com pipa, de brincar no meu quintal".

O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), por sua vez, lembrou a adolescência na década de 60, "quando o Brasil vivia um dos momentos mais criativos de sua história". Defendeu as diretas em 88 e criou até um neologismo.

O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) defendeu uma urgente reforma do sistema tributário. Mas antes de entrar no tema ele pediu desculpas aos constituintes sobre a "aridez" do assunto e discursou o tempo todo com um copo de água na mão, talvez sugestionado por suas próprias palavras.

Antes dele, o deputado Gordon Camata (PMDB-ES) já havia falado: "Um prefeito bem intencionado consegue fazer com Cz\$ 10 o que um governador só faz com Cz\$ 100 e o Governo Federal talvez não faça com Cz\$ 1 milhão", disse Camata, comentando ter lido isto "há sei onde".

## O calendário das discussões

Dia 4 (hoje)	Regime de Governo - Presidencialismo ou Parlamentarismo
Dia 5 (quarta-feira)	Estados, União e Municípios
Dia 6 (quinta-feira)	Reforma Agrária
Dia 11 (terça-feira)	Economia, Propriedade e Estatuto da Empresa Nacional e Estrangeira
Dia 12 (quarta-feira)	Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical
Dia 13 (quinta-feira)	Educação
Dia 18 (terça-feira)	Sistema Eleitoral e Voto Distrital
Dia 19 (quarta-feira)	Reforma Urbana
Dia 20 (quinta-feira)	Saúde e Previdência Social

## Painel eletrônico aprovado no teste

O novo sistema eletrônico do plenário da Câmara, que será utilizado para a votação da nova Constituição, começou a ser testado no último final de semana. Com o placar ampliado, ele tem capacidade para computar os votos dos 559 constituintes em no máximo quinze minutos, caso estejam todos em plenário e seja necessária a utilização dos quatro postos de votação que serão instalados nas mesas de taquígrafia. Se o número de parlamentares presentes não ultrapassar o de cadeiras (459), entre a votação e o resultado serão gastos oito segundos, prevêem os técnicos.

Até agora, o novo sistema de votação parece perfeito. Cada uma das cadeiras do plenário está equipada com uma cabine de votação a ser acionada pelo código do parlamentar. Também o novo projeto eletrônico é garantido contra os "pianistas", já que obriga o constituinte a utili-

zar as duas mãos na hora de sacramentar seu voto. Mas a grande vantagem, garante o diretor da Câmara dos Deputados, Aldemar da Silveira Sabino, é técnica. Com projeto integralmente nacional — mesmo os componentes que foram importados podem ser fabricados por indústrias brasileiras se os prazos forem mais largos — ele não terá, por exemplo, o problema da reposição de peças, que manteve parado por várias vezes o antigo placar, especialmente depois da adaptação que sofreu para ocupar simultaneamente as duas mãos do votante.

Pelo novo sistema, voma primeiro os parlamentares que ocuparem as cadeiras do plenário. Um terminal de computador, instalado na secretaria da Mesa, anunciará os deputados que não votaram, já que não foi possível instalar assentos para todos os constituintes.

GIVALDO BARBOSA



Os deputados e senadores conversam em plenário, ignorando os oradores